

Expresso

04-08-2023

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **3,6**

Altice Defesa de Armando Pereira diz que não há provas **P6**

Altice Defesa de Armando Pereira diz que não há provas de sobrefaturação

O fundador da Altice garantiu que não era cotitular das sociedades de Vaz Antunes, ao contrário do que diz o MP

A defesa de Armando Pereira considera que o Ministério Público (MP) não apresentou qualquer indício de sobrefaturação na venda de serviços e equipamentos à Altice durante o interrogatório que decorreu na semana passada no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e que culminou com a prisão domiciliária — sem pulseira eletrónica e com pouca vigilância policial — do cofundador da Altice. O arguido foi indiciado pelos crimes de corrupção no sector privado e branqueamento, mas, pelo menos para já, não é considerado suspeito de fraude fiscal.

Segundo uma fonte judicial, o advogado Magalhães e Silva — que não quis prestar declarações ao Expresso — explicou ao juiz Carlos Alexandre que na Altice os preços para aquisição de bens e serviços “estão tabelados por baixo” e protestou contra o facto de o procurador Rosário Teixeira e o inspetor Paulo Silva, da Autoridade Tributária (AT), não terem apresentado provas de que o valor pago pela Altice por determinados

equipamentos e serviços foi superior ao que está tabelado.

Para o MP, tanto Armando Pereira como Hernâni Vaz Antunes, um empresário próximo do cofundador da Altice, beneficiaram ilegalmente de contratos que a empresa de telecomunicações fez com fornecedores através de sociedades controladas pelo empresário, que também ficou em prisão domiciliária depois de ter sido ouvido por Carlos Alexandre.

Durante o interrogatório, Armando Pereira terá garantido que não era cotitular das sociedades de Vaz Antunes — ao contrário do que sustenta a investigação — e que não fez qualquer pressão para que negócios como a aquisição de equipamentos e tecnologia às gigantes chinesas Huawei e Xiaomi fossem feitos através do empresário de quem é amigo e que

A teia de negócios investigada pelo MP e AT estende-se a vários países, como EUA, Emirados, França e Alemanha

terá, segundo a investigação da AT e do MP, ajudado o genro de Armando Pereira a sair do país quando a operação foi lançada no terreno.

Armando Pereira terá explicado que “não” tem uma “relação próxima” com Yossi Benchetrit, mas as autoridades suspeitam de que este americano, que não é arguido no processo, funcionava como uma espécie de testa de ferro para o sogro.

Benchetrit estava em Guilhofrei, na quinta do sogro, que gozava férias nesta aldeia minhota, onde tem uma luxuosa propriedade. O marido de Gaëlle Pereira dormiu na casa da família na véspera das buscas, mas já não voltou depois da detenção do sogro e de o caso ser divulgado pela comunicação social. Entretanto, foi suspenso pela Altice dos Estados Unidos, enquanto decorre uma investigação interna aos negócios que conduziu.

Para o MP, entre 2018 e 2023 duas empresas detidas formalmente pelo pai de Benchetrit num dos Emirados Árabes Unidos — Ajmā — acumularam €56 milhões de pagamentos com origem em companhias *offshore* de Vaz Antunes. Segundo a investigação, tanto a Sanjy International Commercial Broker and Consultant LLC como a CBIC Business Intermediary & Management Consultancy FZE pertencem, na verdade, a Armando Pereira.

O cofundador da Altice nega esta tese e explicou ao juiz que vê o pai do genro “três vezes por ano”. Ou seja, não têm uma relação próxima. E admitiu que teve 20% de participação na Shar Holding, detentora da It Center, que fornecia serviços de telecomunicação à Altice Portugal. No entanto, alienou esta participação em 2019 e ainda não recebeu qualquer dividendo. A Shar Holding era

detentora de uma outra empresa, a Acinetnet, que intermediou negócios com a Altice, facto que Armando Pereira afirmou desconhecer.

A teia de negócios investigada pelo MP e AT estende-se a vários países, entre eles os Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, França e Alemanha. É por isso expectável que as autoridades portuguesas peçam auxílio às suas congéneres naqueles países, sobretudo para pedir levantamento de contas bancárias e dados sobre fluxos de negócios entre as várias sociedades detidas pelos principais arguidos e seus alegados cúmplices. Nem todos têm, no entanto, um historial de boas práticas na cooperação policial internacional, como é o caso dos Emirados — sendo o caso da angolana Isabel dos Santos o exemplo mais recente. “É precisamente por saber dos obstáculos criados pelas autoridades locais que muitos empresários portugueses colocam as suas empresas e abrem contas bancárias em países do Médio Oriente”, diz uma fonte conhecedora do processo.

O Expresso quis perceber se foram abertas investigações autónomas no estrangeiro, já que os alegados esquemas podem ter também lesado financeiramente os cofres desses Estados. No entanto, a Justiça norte-americana optou por não abrir o jogo. “Recusamos fazer qualquer comentário. O Departamento de Justiça dos EUA geralmente não confirma, nega ou comenta a existência ou inexistência de uma investigação.”

Entretanto, a Altice France suspendeu um membro da sua comissão executiva, Tatiana Agova-Bregou, na sequência do processo de corrupção em Portugal.

HUGO FRANCO e RUI GUSTAVO
hfranco@expresso.imprensa.pt